

## ► VIOLÊNCIA

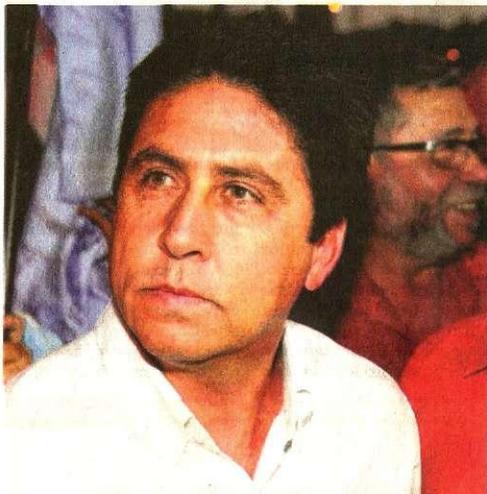
Na última semana, o vereador de Várzea Paulista, Hulk (PTC), foi baleado; em Jarinu, a casa da prefeita, Eliane Lorencini, também recebeu disparos

# Atentados a políticos da Região não alteram comportamento

LUCIANA MÜLLER  
lmjuller@j.com.br

A insegurança ronda os políticos da Região. Somente neste ano, foram registrados dois casos de atentados contra autoridades públicas municipais. Apesar das ocorrências, os políticos não mudaram o comportamento. No Legislativo de Várzea Paulista, foi solicitada presença diária da Guarda Municipal, que também vai reforçar efetivo nos dias de sessão.

Na semana passada, o vereador Luiz Ferreira da Silva (PTC), conhecido como Hulk, de Várzea Paulista, foi vítima de quatro tiros, na porta de sua residência, no Jardim América 4, naquela cidade. Com a evolução da recuperação, está sendo retirada gradativamente a sedação. O caso ainda é um mistério. De acordo com informações da assessoria de imprensa da Câmara de Várzea Paulista, Hulk fazia manutenção no telhado de sua residência quando uma pessoa encapuzada passou pela rua em um veículo e disparou quatro vezes. Os quatro tiros acertaram o parlamentar, que foi atendido na UPA de Várzea Paulista e encaminhado



TIROS Investigação sobre tentativa de assassinato do vereador Hulk está sob sigilo de Justiça

do para o Hospital Pitangueiras após estabilização. Seu caso inspira cuidados.

De acordo com o presidente da Câmara de Várzea Paulista, Silso das Neves (PRB), não há motivação política para a ocorrência. "Não temos nenhum projeto polêmico a ser votado. De qualquer maneira, todos os vereadores foram orientados a to-

mar mais cuidado. Mas o que percebo é que não há movimentação no sentido de contratar seguranças particulares. Já solicitei efetivo da Guarda Municipal para fazer a segurança diariamente aqui na Casa. Fazia tempo que não tínhamos um GM cuidando do prédio. E, nos dias de sessão, o efetivo deve ser reforçado", conta.



AUDÁCIA A residência de Eliane Lorencini, prefeita de Jarinu, também foi alvo de disparos

A investigação está em sigilo de Justiça. Segundo o responsável pela Delegacia de Várzea Paulista, Marcel Fehr, não há motivo para os políticos da Região ficarem preocupados. "A situação não é de risco. Os agentes públicos que mantêm uma vida ilibada não têm motivos para contratar seguranças", aponta.

Ainda neste ano, a casa da prefeita eleita de Jarinu, Eliane Lorencini (DEM), também foi alvo de disparos. Nem por isso sua rotina não sofreu grandes alterações. "Na verdade, quando ocorreu o atentado, já tínhamos o serviço de segurança. Não precisei aumentar. Porém, algumas medidas foram tomadas, como intensificar o patrulha-

mento da segurança particular. As investigações estão por conta da Polícia Civil, da Delegacia de Jarinu, e não podemos nos manifestar."

## Casos antigos

A Região tem histórico de violência contra agentes públicos. Em Campo Limpo Paulista, em 1983, o então prefeito da cidade, Mitharu Tanaka, foi assassinado à noite, quando chegava em sua casa, no dia 9 de abril. A motivação, segundo apurado na época, era fazer com que a Justiça Eleitoral realizasse uma nova eleição para que o principal adversário, Alcebades Grandizoli, o "Pardal", tivesse chances de vencer. Durante meses, a Polícia Civil tentou encontrar os assassinos. Dois acusados foram condenados.

Em 2008, o então vereador de Várzea Paulista, Silas Zafani, foi sequestrado enquanto retornava para sua casa, após culto evangélico. Ele foi rendido dentro do condomínio que morava e, depois, mantido por 50 dias nas mãos de bandidos. Cinco pessoas foram presas quando a Polícia Militar estourou o cativeiro, em Praia Grande, no litoral sul de São Paulo.

## ► NO CONGRESSO

## Temer decide nomear aliado de Cunha para líder do governo

Na tentativa de evitar retaliações do chamado "centrão", o presidente Michel Temer decidiu nomear para a liderança do governo no Congresso Nacional o deputado federal André Moura (PSC-SE), ex-líder do governo na Câmara dos Deputados e nome próximo a Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

A escolha faz parte de esforço do peemedebista para unificar a base aliada para a

votação da reforma previdenciária, cuja expectativa do Palácio do Planalto é aprová-la na Câmara dos Deputados ainda no primeiro semestre deste ano.

Nas palavras de um assessor presidencial, o gesto tem como objetivo "curar as feridas" da eleição para o comando da Câmara dos Deputados, realizada em fevereiro. Os partidos do centrão, entre eles PSD e PTB, acusam o pre-

sidente de ter trabalhado pela reeleição de Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Na época, diante do movimento do Palácio do Planalto, integrantes do centrão ameaçaram obstruir a proposta na

CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e vinham articulando mudanças no texto original enviado pelo governo federal.

Com a escolha, o atual lí-

der do Congresso Nacional, Romero Jucá (PMDB-RR), será deslocado para a liderança do governo no Senado Federal, que ficou vaga com a indicação de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) para o Ministério da Justiça.

Segundo um auxiliar presidencial, com a tramitação da reforma previdenciária, o presidente sabe que nos próximos dois meses "a principal batalha do governo federal se-

rá travada na Câmara dos Deputados", o que tornou necessário prestigiar os deputados federais com um posto antes ocupado por senadores.

Na tentativa de aprovar a iniciativa, o presidente promoveu um jantar na noite de sexta-feira (3), no Palácio do Jaburu, com líderes da Câmara dos Deputados. No encontro, ele pediu que seja feita uma ofensiva para evitar mudanças substanciais no texto

da medida.

O peemedebista não falou na possibilidade de retaliação em relação a cargos e emendas no caso de traições durante a tramitação da proposta.

Nos bastidores, contudo, ministros e assessores dizem que o governo federal poderá reavaliar a composição de forças diante de posições contrárias à orientação do Palácio do Planalto. (Folhapress)

## ► MANIFESTAÇÃO

## Programado para dia 26, ato em São Paulo deve ter novo formato

A manifestação programada para o domingo 26 de março, que marca o retorno às ruas dos grupos protagônicos dos protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff (PT), deverá ter formato novo e poderá aprofundar o distanciamento entre os movimentos.

O ato, cujos objetivos principais são a defesa da Operação Lava Jato e a crítica a qualquer tipo de acordo político que limite as investigações, será móvel.

Os manifestantes devem se concentrar na avenida Paulista no início da tarde, como tem sido a praxe, mas dessa vez não ficarão parados.

Uma parte expressiva, liderada pelo MBL (Movimento Brasil Livre), pretende sair em marcha até o largo da Batata, local que costuma ser mais utilizado por movimentos de esquerda

"A ideia partiu de uma avaliação de que ficar parado gera menos impacto. Em movimento, a visibilidade é maior, as pessoas prestam mais atenção. Achamos que vale testar esse formato", afirma Kim Kataguirí, membro da coordenação do MBL.

Pesou também a previsão de que essa manifestação deve ser menor do que as ocorridas durante a discussão do impeachment, quando 500 mil pessoas chegaram a se reunir na Paulista.

No último ato, em dezembro de 2016, convocado como um protesto genérico contra a corrupção, apenas 15 mil pessoas estiveram presentes, segundo a Polícia Militar.

Agora, a adesão vai depender dos próximos acontecimentos, segundo Kataguirí. Nesta semana, os prováveis pedidos de abertura de inquérito pela Procuradoria Geral

da República, motivados pela delação premiada da Odebrecht, podem gerar maior interesse.

Mas, num sinal de afastamento entre os principais atores do impeachment, o Vem Pra Rua, o outro grande movimento que sempre promoveu as manifestações, não vai se juntar à marcha proposta pelo MBL e grupos menores, como o Nas Ruas.

Segundo a assessoria do movimento, seu caminho de som permanecerá estacionado na lateral do Masp (Museu de Arte de São Paulo), na esquina da avenida Paulista com a Alameda Casa Branca.

A distância entre os dois maiores movimentos que conduziram as manifestações pelo impeachment não será apenas física.

O MBL, mais ideológico, incluiu entre as bandeiras do ato temas como a reforma da

Previdência e a revogação do Estatuto do Desarmamento.

O Vem Pra Rua, que se apresenta como um grupo predominantemente de combate à corrupção e fiscalização da política, centrou sua pauta na defesa das investigações em curso.

Em ambos, há uma preocupação em não caracterizar o ato como uma manifestação contra Temer, embora seus líderes tenham a consciência de que palavras de ordem contra o governo inevitavelmente aparecerão.

A realização do protesto já foi aprovada pela Polícia Militar, mas a autorização para a marcha ainda não foi dada.

Isso deve ocorrer na semana do ato. Segundo a assessoria da PM, a princípio não há objeção para uma marcha, "se for bem planejada e organizada, com dimensionamento de risco". (Folhapress)

## ► NA SELVA

## Odebrecht pagou para executar obras

Em troca de "permissão" para executar obras em territórios dominados pelas Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), a Odebrecht pagou aos guerrilheiros colombianos "mensalidades" que variavam de US\$ 50 mil a US\$ 100 mil nos últimos 20 anos, segundo a edição de "Veja" desta semana.

Entre as obras em que houve tais pagamentos estão a construção da rodovia Ruta del Sol e o projeto de navegabilidade do rio Magdalena, ainda de acordo com a revista, que ouviu dois executivos e três advogados que, afirma, conhecem as operações internacionais da empreiteira.

Os pagamentos às Farc teriam começado nos anos 1990, após dois funcionários da Odebrecht serem sequestrados pelos guerrilheiros e ficarem mais de um mês em um cativeiro na selva.

Na ocasião, segundo "Veja", a empreiteira contratou um grupo americano especializado em áreas de conflito para negociar com as

Farc e pagar o resgate. Em seguida, para que não houvesse novos sequestros, a Odebrecht começou a pagar às Farc os valores mensais, por recomendação do grupo especializado contratado por ela.

Em geral, os valores eram incluídos nas planilhas de custo sob as rubricas "custo operacional" ou "tributo territorial" e os pagamentos eram feitos em dinheiro, diretamente nos canteiros das obras sob ameaça.

Os pagamentos não têm relação com o esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato, mas, segundo a revista "Veja", foram informados à Procuradoria-Geral da República.

Procurada na manhã deste sábado (4), a Odebrecht não se manifestou até o fechamento desta edição.

As Farc firmaram um acordo de paz com o governo colombiano em 2016. Segundo a revista "Veja", os "impostos guerrilheiros" foram cobrados de várias empresas até junho do ano passado. (Folhapress)